

HABEAS CORPUS Nº 515.316 - MS (2019/0167761-7)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : ALBERI RAFAEL DEHN RAMOS E OUTRO
ADVOGADOS : FELIPE CAZUO AZUMA - MS011327A
ALBERI RAFAEL DEHN RAMOS - MS015031
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO
SUL
PACIENTE : VICTOR DE MATTOS KINTSCHEV (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de VICTOR DE MATTOS KINTSCHEV, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (HC n. 1403812-94.2019.812.0000).

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso preventivamente em 23/11/2017 pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/06 (tráfico e associação para o tráfico de entorpecentes).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado:

HABEAS CORPUS - TRÁFICO A ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO (ARTIGOS 33 E 35, C/C. ARTIGO 40, INCISO V, AMBOS DA LEI N. 11.343/06) - PEDIDO DE RELAXAMENTO DA CUSTÓDIA CAUTELAR - EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA - INOCORRÊNCIA - AUSÊNCIA DE DESÍDIA JUDICIÁRIA - TRÂMITE PROCESSUAL REGULAR - AÇÃO DOTADA DE ELEVADA COMPLEXIDADE - DILAÇÃO DOS PRAZOS JUSTIFICADOS - CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE - ORDEM DENEGADA.

1. O sistema dos prazos relativos à instrução criminal não se caracteriza pela fatalidade ou pela improrrogabilidade, mas orienta-se pelo princípio da razoabilidade, segundo o qual somente a desídia na condução do feito configura o excesso de prazo. No caso em epígrafe, observa-se que a ação penal recebeu o devido impulso processual, a fim de evitar o atraso injustificado da marcha jurisdicional, não ficando paralisada por tempo algum. Com efeito, eventual demora para o seu encerramento justifica-se pelo fato de se tratar de uma ação altamente complexa, com pluralidade de acusados (nove), que, em tese, integram um grupo criminoso voltado ao tráfico, inúmeros incidentes processuais (pedidos de restituição de bens, de revogação/relaxamento de prisão, de providências, de seqüestro de bens, exceção de litispendência, entre

outros), além de uma quantidade considerável de testemunhas, com a necessidade de expedição de diversas cartas precatórias, circunstâncias que, naturalmente, justificam a maior elasticidade da marcha processual. Destarte, não é possível falar em excesso de prazo para a formação da culpa ou em inércia da máquina judiciária, inexistindo, por consectário, constrangimento ilegal passível de ser sanado pela via do presente Writ.

2. Com o parecer, denego a ordem de Habeas Corpus (fl. 28).

No presente *mandamus*, alega excesso de prazo para a formação da culpa, porquanto a custódia cautelar perdura por mais de 1 ano e 7 meses sem que a instrução tenha sido sequer iniciada.

Requer, assim, em liminar e no mérito, a expedição de alvará de soltura.

É o relatório.

Decido.

A presente impetração traz pedido idêntico ao formulado no HC 467.340/MS, ainda em trâmite perante esta Corte Superior. Em que pese atacar acórdão do Tribunal de Justiça de Mato Grosso diverso, em ambos se avaliam estritamente a questão atinente ao excesso de prazo.

Assim, diante de inadmissível reiteração de pedidos, obstaculizado o conhecimento deste *mandamus*, reservo a análise da controvérsia aos autos da primeira impetração.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. NEGATIVA DE SEGUIMENTO. REITERAÇÃO DE PEDIDO FORMULADO NO RHC N. 42.510/RJ.

MANIFESTAÇÃO DO COLEGIADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - O presente recurso é mera reiteração do pedido já formulado e decidido, nos autos do RHC n. 42.510/RJ, pela col. Quinta Turma.

II - Observa-se do termo de recebimento e autuação que ambos os processos possuem o mesmo número de origem, além de aduzirem os mesmos argumentos e formularem idênticos pedidos.

Agravo regimental desprovido (AgRg no RHC 42.638/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 10/12/2014).

Por tais razões, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do Superior

Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Dê-se ciência ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

